




Trabalho, ontologia e método: fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social

Work, ontology, and method: foundations of the ethical-political project of Social Work

Tainá Rocha dos Santos*

 <https://orcid.org/0000-0002-7522-8224>

RESUMO

Este estudo examina a importância do método materialista histórico-dialético e do trabalho na formação do ser social, fundamentando-se nas contribuições de Karl Marx e György Lukács. Enfatiza a relevância desse método para entender as mudanças históricas e para o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. O objetivo é mostrar que a ontologia do ser social, baseada na categoria trabalho, oferece a base teórica e metodológica que apoia o trabalho profissional crítico e emancipador. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, organizada em três eixos centrais: a ontologia do ser social segundo Lukács, a definição do trabalho como pôr teleológico e o método materialista histórico-dialético como base do Serviço Social. Os resultados sugerem que o método, ao considerar a totalidade e a contradição como fundamentos da realidade, permite entender as manifestações da questão social em sua complexidade e direcionar a intervenção profissional para a emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE

Método materialista histórico-dialético; Ontologia do ser social; Serviço Social; Trabalho.

ABSTRACT

This study examines the importance of the historical-dialectical materialist method and of labor in the formation of the social being, based on the contributions of Karl Marx and György Lukács. It emphasizes the relevance of this method for understanding historical changes and for the ethical-political project of Social Work in Brazil. The objective is to demonstrate that the ontology of the social being, grounded in the category of labor, provides the theoretical and methodological foundation that supports a critical and emancipatory professional practice. The research adopts a qualitative approach of a theoretical and bibliographical nature, organized around three central axes: the ontology of the social being according to Lukács, the definition of labor as teleological positing, and the historical-dialectical materialist method as the foundation of Social Work. The results suggest that the method, by considering totality and contradiction as the foundations of reality, enables the understanding of the manifestations of the social question in their complexity and guides professional practice toward human emancipation.

*Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, Sergipe, Brasil). Assistente Social na Secretaria Municipal de Saúde de São Cristóvão/SE (SMS, São Cristóvão, Brasil) e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). E-mail: taina.rds@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p36-51



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Historical-dialectical materialist method; Ontology of social being; Social Work; Labor.

Introdução

Sob a perspectiva ontológica, a compreensão da natureza humana fundamenta-se em uma visão de mundo que estabelece uma conexão direta entre o mundo social e o biológico. Como ressalta Lukács (2020) em *A Destruição da Razão*, o capitalismo deve ser entendido como uma construção social, ainda que muitas vezes seus problemas sejam erroneamente atribuídos a uma suposta natureza inerente aos indivíduos. Nesse sentido, abordagens que ignoram as discontinuidades no desenvolvimento do ser social tendem a enxergar a sociedade como uma espécie de “segunda natureza”, desconsiderando a atuação ativa dos seres humanos na construção de sua própria história. A ontologia do ser social, desenvolvida por Lukács com base em Marx, fornece um fundamento teórico para entender a realidade como uma totalidade concreta e historicamente definida. Neste sentido, o ser humano é visto como agente responsável por criar sua própria existência por meio do trabalho, elemento essencial para a sociabilidade e a consciência.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é utilizar a obra ontológica de Lukács (2018) como base para refletir sobre uma consequência da conhecida afirmação de Karl Marx, que expressa a orientação materialista de seu pensamento: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p. 47). Sendo o ser social o fator determinante da consciência, torna-se evidente que qualquer debate sobre método e conhecimento (epistemologia) deve estar ancorado e criticamente revisado a partir de uma concepção abrangente da existência (ontologia). Na obra ontológica de Lukács (2018), buscamos fundamentos que demonstrem a viabilidade e a necessidade de sustentar a epistemologia e, em especial, o método, dentro de uma explícita “ontologia do ser social”.

Desse modo, o presente estudo tem o propósito de analisar a centralidade do trabalho e do método materialista histórico-dialético na ontologia do ser social, destacando sua importância para o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. O objetivo é mostrar que o método, ao integrar teoria, ontologia e práxis, serve como base não só para entender a totalidade social, mas também para o trabalho profissional que visa à emancipação humana. Ao considerar o trabalho como uma categoria ontológica e o método dialético como uma mediação fundamental entre ser e consciência, reforça-se a conexão entre conhecimento, ética e mudança social.

Para tanto, a metodologia adotada é de natureza teórico-bibliográfica, baseada em autores clássicos do marxismo, como Marx, Engels e Lukács, bem como em referências do Serviço Social crítico, como Yamamoto (2007), Netto (2011), Behring e Boschetti (2006) e Guerra (2000).

O texto está dividido em quatro seções: a primeira explora a origem do ser social com base na categoria trabalho; a segunda analisa o trabalho como pôr teleológico; a terceira discute o método de Marx conforme Lukács; e a quarta examina a importância do método materialista histórico-dialético no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Por

último, procurou-se sintetizar a conexão entre ontologia, método e práxis, enfatizando a dimensão ético-política do trabalho humano como base para a emancipação social.

A correlação entre trabalho e gênese do ser social

Lukács (2018), ao abordar a ontologia do ser social com base no pensamento de Karl Marx, concebe o trabalho como a categoria fundamental desse ser. Nesse sentido, a perspectiva lukacsiana indica que a gênese da categoria do trabalho está intrinsecamente associada ao advento de uma nova esfera do ser, cuja substancialidade difere radicalmente daquela encontrada no âmbito puramente natural. Ademais, o trabalho assume a função de protoforma, configurando-se como o modelo originário que estrutura a práxis humana e social.

Na busca pela sobrevivência, os seres humanos precisam, ao menos, alimentar-se, abrigar-se e vestir-se. Para tanto, é necessário agir sobre a natureza, e essa ação resulta na transformação dos recursos naturais em matéria-prima para a produção dos meios de subsistência e de produção essenciais à reprodução de suas vidas.

Essa relação de transformação da natureza por meio da ação humana foi denominada por Marx (2013) como *trabalho*: um processo que ocorre entre o homem e a natureza, no qual o ser humano, por meio de sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com o ambiente natural. Nesse processo, ele se depara com a matéria natural como uma potência natural. Para se apropriar da matéria de maneira útil à sua sobrevivência, o homem mobiliza as forças naturais de seu corpo: seus braços, pernas, cabeça e mãos.

Andrade (2016) destaca o argumento de Lukács sobre o trabalho ao atender às necessidades biológicas fundamentais do ser humano, como alimentação, hidratação e reprodução. No entanto, seu papel não se limita a essas funções. Ao criar objetos, meios e conhecimentos que garantem a reprodução biológica da vida humana, o trabalho também gera, de forma indireta, processos, relações e estruturas sociais que ultrapassam a simples satisfação dessas necessidades básicas. Dessa forma, manifesta-se novamente a função essencial do trabalho na gênese e no desenvolvimento do ser humano, pois, por meio de sua ação, ele se constitui enquanto ser social.

Lukács (2018) enfatiza que Aristóteles, em seus estudos sobre a Metafísica, diferencia dois aspectos do trabalho: o pensar e o produzir. O primeiro envolve a definição de um objetivo e a investigação dos meios para alcançá-lo, enquanto o segundo corresponde à concretização desse objetivo. Nessa perspectiva, Lukács também faz referência ao filósofo Nicolai Hartmann, que subdivide o componente “pensar” em dois momentos: a definição da finalidade e a busca pelos meios para atingi-la. A definição da finalidade, por sua vez, configura uma atividade direcionada a um propósito, conhecida como “posição teleológica”. Esta representa o momento ideal do processo de trabalho, no qual o ser humano, de maneira abstrata, articula passado, presente e futuro, concebendo mentalmente a transformação que será realizada na natureza.

É verdade que o “desejo” de satisfazer uma necessidade é algo comum tanto à vida animal quanto à humana. No entanto, quando o trabalho se coloca entre a necessidade e sua

satisfação, a posição teleológica que o orienta leva à “[...] vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade instintiva”, resultando no surgimento de um “efeito ativo” sobre o mundo (Lukács, 2018, p. 41). Por isso, Marx (2013) destaca que o trabalho não se resume às primeiras formas animais e instintivas de responder às necessidades, mas constitui uma forma de resposta exclusiva ao ser social.

Lukács (2018) enfatiza a necessidade de um reflexo o mais preciso possível da realidade. Para que o processo de trabalho seja bem-sucedido, é fundamental que o trabalhador seja capaz de refletir, em sua consciência, a realidade ao seu redor. Apenas ao produzir um conhecimento correto sobre os objetos, forças e relações naturais a serem transformadas é que o indivíduo pode identificar os meios adequados para alcançar sua finalidade na matéria objetiva. Assim, o reflexo nos conduz à categoria da “alternativa”, à qual respondemos por meio da criação de valores (avaliando se algo é útil, bom, ruim etc.). Ao escolhermos os instrumentos para realizar o processo de trabalho, com um mínimo de conhecimento sobre suas características — como dureza, liquidez, volatilidade, entre outras —, estamos diante de uma consciência que reconhece as propriedades da matéria e as utiliza para atingir a finalidade desejada, substituindo a resposta instintiva ao meio por uma escolha fundamentada.

A necessidade de um reflexo da realidade para a realização do trabalho leva à separação entre sujeito e objeto, uma divisão que não existe na natureza. Embora a posição teleológica exija certa distância entre a consciência e a realidade, isso resulta em uma separação entre o ser humano, enquanto portador dessa consciência, e a realidade em si. Para os animais, incapazes de realizar uma representação destacada da realidade que se coagula em uma “realidade” própria na consciência, resta-lhes apenas a capacidade de reconhecer certos sinais e reagir a eles de maneira determinada. Ou seja, sem a habilidade de fazer distinções conceituais e de conhecer a realidade em sua totalidade, os animais apenas respondem ao meio por intermédio de seus instintos. Para Lukács (2018), essa dualidade que emerge na esfera social constitui “um estado de coisa fundamental do ser social”, e é com ela que “o ser humano abandona o reino animal”.

Essa relação entre sujeito e objeto leva-nos a uma nova distinção que emerge dentro da esfera social: a “[...] inseparável combinabilidade de categorias aparentemente opostas e, sob uma análise abstrata, mutuamente excludentes: causalidade e teleologia” (Lukács, 2018, p. 19). A teleologia é uma categoria imposta, o que implica que, enquanto uma “consciência que estabelece fins”, ela precisa de um portador, de um “artífice consciente” que a carregue e a concretize, iniciando assim um processo real. Além disso, por essa razão, a teleologia só pode existir dentro do trabalho e da práxis humana que dela decorre. Em sua contraposição, encontramos a causalidade, definida como “[...] um princípio de automovimento autoimposto, que preserva essa característica mesmo quando uma cadeia causal tem seu ponto de partida em um ato de consciência” (Lukács, 2018, p. 13). Dessa forma, a causalidade pode existir independentemente desse sujeito, mas também pode ser transformada por ele.

Assim, Lukács (2018) afirma que a tarefa de pesquisar os meios para alcançar uma finalidade exige a obtenção de um conhecimento objetivo das causalidades das objetividades e dos processos que se pretende transformar. Somente por meio de uma

pesquisa adequada dos meios e de uma correta definição de finalidade, a realidade natural — que nada mais é do que um complexo cujas leis são indiferentes aos esforços e pensamentos humanos e que, por si só, não é capaz de gerar o novo como consequência de uma práxis social própria — pode ser organizada e combinada de acordo com suas características intrínsecas, com o objetivo de produzir algo até então inexistente.

A pesquisa dos meios tem uma dupla função: por um lado, ela revela o que rege os objetos de forma independente da consciência; por outro, por meio desse conhecimento, o ser humano torna-se capaz de realizar novas combinações, atribuindo novas “possibilidades de função” aos elementos presentes na natureza, que seriam inexistentes caso não fosse pela ação da finalidade estabelecida pelo ser humano que trabalha. No entanto, se esse reflexo da realidade falhar, se a consciência que organiza a matéria natural de forma social cometer um erro na pesquisa dos meios, o resultado será uma falha na objetivação da posição teleológica. Isso, por sua vez, leva à retomada das leis naturais da matéria, que voltam a prevalecer.

A consequência desse processo é que a posição teleológica utiliza a atividade própria da natureza, ao mesmo tempo em que a transforma de maneira oposta a si mesma. Em outras palavras, a atividade da posição teleológica na natureza transforma sua *causalidade dada* — embora isso ocorra dentro da insuperabilidade ontológica de suas leis, ou seja, sem que elas sejam submetidas a uma transformação interna — em uma *causalidade posta*.

No contexto do processo de trabalho, a realização da posição teleológica — isto é, a materialização de uma finalidade no mundo objetivo — ocorre por meio de um mecanismo que Lukács (2018) denomina objetivação, caracterizado pela produção contínua do novo. Em consonância com as análises de Marx (2013), esse processo envolve a ação humana que, mediante o uso de meios de trabalho, transforma o objeto de trabalho de acordo com um propósito previamente concebido. Esse processo extingue-se no produto, que é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho incorpora-se ao objeto; ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que, no trabalhador, manifestava-se sob a forma de movimento, agora aparece, no produto, como uma qualidade fixa, na forma do ser. O trabalhador fez, e o produto é o feito.

Em resumo, o trabalho distingue o ser social do mundo animal por constituir uma resposta ao meio que vai além do simples instinto. Ele transforma a relação entre necessidade e satisfação em uma relação entre pergunta e resposta, algo que nenhum animal conseguiu realizar até então. Assim, por meio da combinação de um momento ideal, a posição teleológica, com um momento real, sua objetivação, o ser humano remodela, combina e sintetiza os elementos presentes na natureza de acordo com uma finalidade. Sem a presença dessa posição de finalidade humana, os elementos naturais poderiam apenas gerar o novo dentro dos limites estabelecidos pela natureza (Lukács, 2018).

Na ontologia marxiana-lukacsiana, a continuidade da existência humana depende da capacidade de os homens realizarem transformações práticas e concretas sobre o ambiente em que vivem. Ao modificar a natureza ao seu redor, o ser humano também se redefine enquanto sujeito. É importante, no entanto, destacar uma observação feita por

Lukács (2018): a essência do processo de transição do ser inorgânico para o ser orgânico e, posteriormente, do ser biológico para o ser social não pode ser completamente compreendida, apesar de existirem elementos causais que a ciência já conseguiu, em grande parte, identificar e quantificar. Contudo, o salto qualitativo de um estágio para o outro continua a ser um salto ontologicamente e qualitativamente necessário de um nível de ser a outro.

No capítulo dedicado ao trabalho, Lukács (2018) destaca a contribuição de Friedrich Engels por ter centralizado o trabalho como a categoria fundamental no processo de humanização do homem. Foi através da atividade laboral que Engels, filósofo e colaborador de Marx, formulou a ideia do desenvolvimento humano, desde um estágio pré-hominídeo até a constituição da humanidade. Segundo Engels (1979, p. 215), o trabalho “[...] é a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem”.

Nesse sentido, Lukács (2018) afirma que foi Engels quem, de forma decisiva, forneceu os princípios que estruturam os principais elementos da ruptura no processo de reprodução entre o homem e a natureza. A transição do estado mais primitivo para a condição de humanidade não se dá por meio de um processo linear e sem contratempos. A elevação para um estágio superior da evolução, conforme a concepção de Engels, ocorre permeada por descontinuidades: há uma ruptura difícil de ser claramente detectada entre o processo reprodutivo dos animais e o dos seres humanos. Essa *teoria da descontinuidade* está intimamente relacionada à ideia de salto ontológico de Lukács, mencionada anteriormente.

Na concepção de Marx (2006), o conceito de trabalho só pode ser aplicado, de fato, ao trabalho humano. Embora à primeira vista essa afirmação possa parecer equivocada — pois é possível argumentar que alguns animais também realizam atividades produtivas —, a distinção fundamental reside no caráter consciente e livre do trabalho humano. Embora certos animais possam realizar produções, esse ato não se qualifica como trabalho no sentido estrito. O trabalho animal é orientado pelos instintos naturais, sem a deliberação consciente do ser. Em contraste, o ser humano empreende suas ações de maneira deliberada e consciente, direcionando sua atividade para fins específicos de forma planejada.

A capacidade de construir idealmente o produto "na mente" antes de iniciar as etapas que levarão à sua realização concreta é uma característica exclusivamente humana. Ao ultrapassar os limites impostos pelas leis naturais, que restringem os seres vivos à competição biológica e à sobrevivência, o trabalho humano configura-se como essencialmente distinto do trabalho animal. Enquanto os animais atuam principalmente em resposta a impulsos instintivos e necessidades imediatas, o ser humano é capaz de planejar, antecipar e deliberar sobre suas ações, direcionando-as para um fim previamente concebido.

A característica consciente da atividade produtiva humana manifesta-se na habilidade de antecipar mentalmente o resultado da ação que se pretende executar. Graças à relação essencial entre inteligibilidade, consciência e operatividade, a qual é exclusiva do ser

humano, ele é o único ser na natureza capaz de agir de forma teleológica. Foi por meio dessa ação deliberada e planejada que o homem se estabeleceu como sujeito no mundo, deixando na natureza marcas profundas de seu poder transformador.

Seguindo a linha de pensamento de Marx, Lukács (2018) define o homem como um ser essencialmente social e atribui à categoria do trabalho a fundação do ser social. No contexto da ontologia lukacsiana, essa afirmação leva a duas observações importantes. Em primeiro lugar, a gênese da categoria do trabalho está ligada à gênese de uma nova esfera de ser, que representa uma elevação a uma substancialidade completamente distinta do ser meramente natural. Em segundo lugar, o trabalho fornece a protoforma da sociabilidade humana, ou seja, ele oferece um modelo genérico da práxis humano-social.

O trabalho possui a particularidade de ser a categoria central quando se busca compreender as especificidades do ser social do ponto de vista ontológico. Nesse sentido, é fundamental lembrar que, em sua forma originária, o trabalho deve ser considerado como a chave para entender o intercâmbio entre o homem e a natureza.

No entanto, é importante destacar que todo ato de trabalho concreto não ocorre sem uma prévia concepção das etapas, dos materiais e das ferramentas necessárias para sua execução eficiente. Isso implica que, antes de iniciar qualquer etapa do trabalho, o homem projeta em seu pensamento o que deseja produzir, define a melhor forma de execução do objeto desejado e escolhe os materiais mais adequados para atingir esse objetivo. Essas fases formam o momento de ideação que antecede a ação real e concreta da atividade laborativa, uma vez que nenhum processo produtivo pode prescindir do conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos (Lukács, 2018).

Ao estabelecer idealmente um fim objetivo que deseja alcançar com seu trabalho, o homem insere na realidade material algo completamente novo, que não existia anteriormente. Ao fazer isso, ele rompe com o processo de causalidade da natureza e implanta nela um novo fim teleológico, antes inexistente. Nesse sentido, por meio do trabalho, o homem é o único ser natural capaz de, através de sua ação, criar algo qualitativamente novo, ao combinar o ato de pôr teleológico com a causalidade.

O trabalho e sua conceituação enquanto *Pôr Teleológico*

Ao longo da história, o trabalho tem sido interpretado sob uma perspectiva teleológica, em sua manifestação na vida cotidiana dos indivíduos e no âmbito das teorias científicas e filosóficas, bem como nas narrativas míticas e religiosas. No entanto, observa-se uma inclinação recorrente em expandir essa perspectiva teleológica para além do domínio do trabalho humano, abrangendo outras esferas, como evidenciado até mesmo nas reflexões de renomados filósofos.

Aristóteles ampliou a teleologia ao concebê-la como uma categoria cósmica, enquanto Hegel a posicionou como o princípio motor da história. Kant, por sua vez, buscou romper com essa visão profundamente enraizada, rejeitando a ideia de um propósito teleológico intrínseco à natureza e à vida. Ele definiu a vida como uma “finalidade sem objetivo”. No

entanto, o filósofo não desenvolveu essa reflexão de forma mais detalhada, possivelmente devido à sua preferência por questões de ordem epistemológica (Santos, 2009).

Em oposição aos filósofos anteriormente mencionados, Lukács (2018), seguindo de perto as ideias de Marx, sustenta que a atividade humana é a única, dentro da esfera natural, caracterizada como uma *atividade posta*. Isso implica que o trabalho humano possui a especificidade de ser a concretização objetiva de um propósito previamente idealizado. Esse conceito é o que Lukács (2018) denomina *pôr teleológico*. Dessa forma, o trabalho é compreendido na ontologia lukacsiana como a unidade entre a concretização efetiva de uma determinada objetividade e a atividade ideal, previamente definida e mediada por uma finalidade específica.

Além disso, considerando que a ação humana é capaz de iniciar algo antes inexistente, Lukács (2018) descreve o resultado do trabalho como uma *causalidade posta*. Em termos gerais, isso significa uma causalidade deliberadamente colocada em movimento, guiada e mediada por um objetivo idealizado e formulado pelo ser humano.

Na atividade laborativa, teleologia e causalidade, apesar de sua natureza antagônica e heterogênea, integram-se em uma unidade no contexto do trabalho. Essa integração ocorre sob a forma de uma determinação reflexiva, onde a causalidade posta e o pôr teleológico constituem o fundamento ontológico que evidencia o caráter dinâmico dos complexos próprios do ser humano. Como apenas o trabalho humano consciente é capaz de inaugurar novos começos e estabelecer novos processos de relações causais, conclui-se que a teleologia é uma categoria exclusiva do ser social e humano, não encontrando existência fora desse âmbito.

O trabalho transcende qualquer denominação que o circunscreva a uma forma laborativa específica em um contexto histórico-espacial particular, ou seja, a uma sociedade delimitada em um ambiente particular. Deve-se afirmar, de forma categórica, que, quando o trabalho é analisado em sua especificidade como produto da consciência — e, portanto, como uma criação social previamente idealizada —, ele também deve ser reconhecido como um elemento fundamental para a constituição da sociabilidade humana. No contexto teleológico, o trabalho manifesta a essência integral da humanidade, abrangendo suas dimensões espiritual, consciente, corpórea e objetiva. O ato laborativo, em sua essência, só pode ser impulsionado por posturas direcionadas a finalidades específicas.

Dessa forma, Lukács (2018) argumenta que todo trabalho está fundamentado em uma posição teleológica, a qual, continuamente, inaugura uma nova cadeia de relações causais, uma vez que diferentemente da causalidade, que se configura como a lei espontânea pela qual os movimentos de todas as formas de ser encontram sua expressão geral, a teleologia caracteriza-se por um processo instaurado por uma consciência. Esse processo, ainda que direcione os eventos em um sentido específico, é capaz de mobilizar apenas séries de conexões causais.

É fundamental compreender a existência de uma dualidade nesse contexto: em uma sociedade verdadeiramente social, grande parte das atividades responsáveis por colocar a totalidade em movimento tem origem teleológica. Contudo, a existência real dessas

atividades — seja como fenômenos isolados ou integrados a um contexto mais amplo — está ancorada em relações causais que, em nenhuma circunstância, podem assumir um caráter teleológico.

Para diferenciar o trabalho de outras práticas sociais que não envolvem a transformação material da natureza, Lukács (2018) definiu o primeiro como *posição teleológica primária* e as demais como *posições teleológicas secundárias*. Na esfera das posições teleológicas primárias, as finalidades almejadas apresentam condições mais propícias para uma apreensão universal das possíveis consequências, o que resulta em uma redução das alternativas genéricas disponíveis para escolha. Isso ocorre porque essa esfera representa o intercâmbio direto entre o ser humano e a natureza, configurando-se como um complexo ainda rudimentar e limitado ao espaço mais restrito de tomada de decisão. No entanto, é importante destacar que, mesmo nesse contexto, o sujeito que realiza o ato laborativo não tem plena clareza sobre o conjunto de circunstâncias que originam a situação a ser resolvida.

Nas práticas superiores, predominam posições teleológicas essencialmente distintas. Nesse caso, essas posições não se concentram mais na atividade voltada à transformação da natureza como objeto, mas, agora, seu foco e finalidade primária estão em levar outros indivíduos a desempenharem funções específicas. A principal diferença entre as duas posições teleológicas está no objeto sobre o qual suas ações são exercidas.

As posições teleológicas relacionadas à atividade laborativa atuam de forma imediata sobre um objeto ou elemento natural, enquanto as posições teleológicas secundárias têm como objetivo a consciência de outros seres humanos, ou seja, buscam conduzir outros a adotar determinadas posições teleológicas concretas. Uma característica das posições teleológicas secundárias é sua tendência a serem mais “desmaterializadas”, uma vez que se afastam de qualquer relação direta com a materialidade da prática social (Lukács, 2018).

No entanto, ao examinar a questão de maneira mais detalhada, não podemos afirmar que as posições teleológicas secundárias representem um fenômeno completamente novo, surgindo exclusivamente com os processos superiores da prática social. Na verdade, o próprio desenvolvimento e a complexificação da atividade laborativa acabam gerando o aparecimento dessas posições teleológicas, devido à dinâmica interna dos próprios procedimentos exigidos para a execução do trabalho.

Assim sendo, como demonstra Andrade (2016), em linhas gerais, o trabalho é a base do ser social, estando intrinsecamente ligado tanto ao desenvolvimento do indivíduo (como uma singularidade que se torna plenamente humana) quanto à evolução das sociedades em direção a formas cada vez mais socialmente estruturadas.

Contudo, segundo Lukács (2018), o ser social é caracterizado por um processo dinâmico de transformação, no qual o trabalho se configura como a protoforma da ação humana. Esse processo permite o desenvolvimento de valores ético-morais à medida que a humanidade supera progressivamente as barreiras naturais, algo viabilizado pelo avanço da própria práxis. Nesse sentido, o método materialista dialético seria a base para a apreensão dessa determinação ontológica, evidenciando um sistema de valores éticos que possuem uma

base concreta na estrutura social e são fundamentados no trabalho. Sobre tal temática, abordá-la-emos (ainda que brevemente) a seguir.

O método de Marx a partir da análise lukacsiana

Ao explicar tanto a tese quanto sua defesa na *Ontologia do Ser Social*, Lukács (2018) não trata o método de forma absolutizada, mas o entende como a manifestação do ser na consciência. Isso significa que o método não pode ser visto como uma estrutura fixa e independente, mas sim como algo derivado da própria realidade social e histórica.

Para Medeiros e Bonente (2020), um exemplo dessa concepção pode ser encontrado na crítica de Lukács às distorções na caracterização e aplicação do método dialético. Ele aponta que muitas abordagens falham ao não colocar no centro de suas reflexões a relação dialética entre sujeito e objeto no processo histórico. Dessa forma, a dialética só pode cumprir seu papel transformador se for compreendida em sua relação com o ser social, evitando reduções formalistas que esvaziam seu caráter revolucionário.

Segundo os autores supracitados, uma das formas mais sólidas de demonstrar a primazia do ser sobre o método é destacada por Lukács em *História e Consciência de Classe*, ao salientar a centralidade atribuída à categoria da totalidade, em que representa a essência do método herdado de Hegel e transformado por Marx em um fundamento para uma ciência inteiramente nova.

Como a concepção do ser enquanto totalidade é, por si só, uma tese ontológica, fica evidente que Lukács não concebe a ortodoxia marxista com base em um método rigidamente autonomizado, mas sim em um método cujo princípio fundamental é a vinculação entre o pensamento e o ser. Essa perspectiva reflete-se em sua crítica ao positivismo, que fragmenta a ciência em especializações isoladas, unificadas apenas de maneira artificial. Em contraposição, Lukács defende uma abordagem orientada para a totalidade concreta e material da realidade, aquilo que pode e deve ser conhecido. Para ele, essa orientação ao ser — entendido como totalidade — constitui o fundamento para a reconstrução da ciência por meio de um método filosófico essencialmente unificador.

Ao recorrer à filosofia lukacsiana para compreender o método que estruturou e deu unidade à extensa obra de Marx, é fundamental considerar dois aspectos principais. Primeiro, a primazia da ontologia em relação à epistemologia e ao método; segundo, o fato de que a ontologia da sociedade elaborada por Lukács só se apresenta de maneira explícita e devidamente desenvolvida em sua obra de maturidade (*Ontologia do Ser Social*). Assim sendo, o esforço de Lukács (2018) volta-se para a explicitação da epistemologia — ou, mais precisamente, da gnosiologia — presente na obra de Marx, que se justifica pelo fato de Marx ter deixado poucos textos dedicados especificamente à epistemologia ou ao método.

Embora a famosa *Introdução [de 1857]*¹ contenha esclarecimentos relevantes, ela é insuficiente e apresenta certas limitações. Além disso, a obra marxiana é repleta de

¹ Manuscrito de Karl Marx, finalizado em 1858, mas com primeira publicação apenas em 1939 (Marx, 2011).

anotações pontuais valiosas em suas cartas e textos, bem como na própria forma dinâmica com que constrói teoria e crítica. A falta de uma sistematização explícita torna necessária uma elaboração mais detalhada, como a realizada por Lukács em diversos trechos da *Ontologia do Ser Social* e dos *Prolegômenos*. No entanto, a ampla disponibilidade de fontes possibilita que esse percurso possa se orientar diretamente pelos escritos de Marx, com destaque para *O Capital*, que representa um exemplo magistral de análise metodológica e contém importantes reflexões sobre epistemologia e método.

Para reconstruir os fundamentos da ontologia da sociedade presentes na obra de Karl Marx, Lukács (2018) defende que é essencial reconhecer a teleologia como a determinação distintiva da existência social. Isso porque a especificidade da reprodução material da humanidade reside justamente na teleologia, ou seja, na capacidade consciente de estabelecer e perseguir fins. Essa perspectiva coloca a economia — esfera em que os seres humanos produzem e reproduzem suas condições de existência — e o trabalho — atividade central dessa esfera — no cerne da ontologia do ser social. Dessa forma, a teleologia diferencia a existência social da natural e fundamenta a compreensão marxista da realidade, evidenciando o papel ativo dos indivíduos na construção da história.

Entre as diversas implicações ontológicas decorrentes da centralidade do trabalho, uma das mais relevantes para nossa análise é a divisão da existência social em dois domínios distintos: de um lado, o domínio teleológico das práticas humanas; de outro, o domínio não teleológico das estruturas e processos que condicionam essas práticas. Para fundamentar tal argumento, Medeiros e Bonente (2020) ressaltam que é fundamental destacar que a teleologia — enquanto princípio constitutivo do ser social — se restringe ao agir humano individual. Qualquer tentativa de extrapolá-la diretamente para o âmbito social como um todo seria indevida, pois as estruturas sociais, ainda que resultantes da ação humana, não operam sob os mesmos princípios da ação consciente e intencional dos indivíduos.

Além disso, é essencial destacar que as estruturas sociais não são diretamente criadas pelos indivíduos, embora sejam constantemente influenciadas — seja por meio de sua reprodução ou de sua transformação — pela articulação espontânea e não intencional de múltiplos atos teleológicos. Desse modo, as estruturas sociais constituem um pressuposto do agir individual, ao mesmo tempo possibilitando e limitando os horizontes de ação. No entanto, uma vez que as ações individuais se articulam espontaneamente, elas se tornam um fator dinâmico que impacta essas estruturas, podendo reforçá-las ou transformá-las — em alguns casos, promovendo mudanças profundas e radicais na organização social.

Sob essa perspectiva, a sociedade pode ser entendida como um sistema articulado de relações sociais entre indivíduos singulares, bem como de interações entre essas próprias relações. Essa concepção alinha-se, em termos gerais, ao que Roy Bhaskar (1979 *apud* Medeiros; Bonente, 2020) denominou de *concepção relacional da sociedade*, segundo a qual a sociedade se constitui a partir da interação dialética entre dois domínios fundamentais: o agir individual e as estruturas sociais. Essa visão ressalta que a sociedade não pode ser reduzida a um simples agregado de indivíduos nem ser concebida como uma entidade autônoma e independente das ações humanas. Em vez disso, ela emerge da relação dinâmica entre a agência individual e os condicionantes estruturais, sendo simultaneamente resultado e condição do agir humano.

Medeiros e Bonente (2020) destacam que a consequência mais imediata e impactante de conceber a sociedade em termos de relações sociais é a rejeição categórica do individualismo metodológico. Esse posicionamento justifica-se pelo fato de que qualquer variante do individualismo metodológico parte de uma concepção ontológica atomista da sociedade, isto é, da ideia de que a totalidade social pode ser reduzida à soma de seus indivíduos, de modo que a recomposição da sociedade seria possível a partir da análise isolada de suas partes.

No entanto, se o objetivo é estudar a sociedade, o ponto de partida não pode ser o indivíduo (ou mesmo grupos), sua racionalidade ou suas ações, ainda que esses indivíduos sejam definidos por meio de propriedades emergentes comuns. Em vez disso, é preciso considerar as relações sociais como estruturas fundamentais, reconhecendo que os sujeitos se constituem dentro dessas relações e que a sociedade não pode ser reduzida à mera soma das ações individuais.

Em síntese, Medeiros e Bonente (2020) ressaltam que a chave metodológica para a reconstrução teórica das relações sociais que estruturam a ação humana intencional está no reconhecimento das posições sociais relevantes dentro de uma determinada configuração histórica. Esse processo tem início na experiência social imediata e nas interpretações existentes (sejam elas ainda vigentes ou já superadas), avançando em direção a uma abstração generalizante para, posteriormente, retornar ao real, oferecendo uma nova interpretação fundamentada. Assim sendo, o método dialético de Marx fortalece a concepção ontológica da categoria trabalho em Lukács, ao considerá-la o nexo fundante da realidade social mediado pela noção de tempo e pelas relações de sociabilidade, revelando um sistema de valores éticos socialmente concretos, cuja base está fundamentada no trabalho.

O método em Marx como diretriz do projeto ético-político profissional do Serviço Social

O método materialista histórico-dialético é o núcleo central da análise crítica da realidade social e, como resultado, a fundamentação teórico-metodológica do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Esse método, assim como em Marx e Lukács, baseia-se na ontologia do ser social e na centralidade do trabalho como categoria fundamental para a existência humana, levando em consideração a historicidade e a totalidade das relações sociais que geram e sustentam a vida em sociedade.

Segundo Yamamoto (2007), entender o método de Marx requer a compreensão de que ele não é apenas um procedimento técnico de investigação, mas uma maneira de entender a realidade que parte do concreto para o abstrato e retorna ao concreto, com o objetivo de captar o movimento contraditório da totalidade social. Essa abordagem direciona o Serviço Social a ir além das interpretações fragmentadas da realidade, características do positivismo e do funcionalismo, e a entender as manifestações da questão social como resultantes das relações de produção capitalistas.

Corroborando a premissa anterior, Netto (2011) destaca que a incorporação do materialismo histórico-dialético na profissão constitui uma quebra de paradigma em relação às visões idealistas e moralizantes do trabalho social. Na sua dimensão ontológica,

o método possibilita a compreensão do ser social como sujeito histórico, inserido em um processo contraditório de mudança da realidade. Nesse sentido, o projeto ético-político do Serviço Social adota uma perspectiva emancipatória ao se conectar com o contexto histórico da classe trabalhadora e à defesa dos direitos humanos e sociais.

Behring e Boschetti (2006) destacam que o método materialista histórico-dialético, ao considerar a totalidade e a contradição como princípios fundamentais, permite entender a Política Social, por exemplo, como um conjunto de ações específicas do Estado e como um componente essencial das estratégias de reprodução do capital e das lutas de resistência dos trabalhadores. Essa compreensão crítica direciona o trabalho profissional para além das demandas institucionais imediatas, possibilitando que o/a Assistente Social atue de maneira mediada e propositiva na defesa dos interesses coletivos da classe trabalhadora.

Assim, a centralidade do trabalho, categoria ontológica que em Lukács constitui a protoforma do ser social, adquire também relevância no Serviço Social, pois é a partir dela que se compreende o lugar do/a Assistente Social como trabalhador/a assalariado/a inserido/a na divisão social e técnica do trabalho. Conforme argumenta Guerra (2000), a apreensão do trabalho profissional como mediação social histórica permite compreender que o exercício da profissão está condicionado pelas contradições estruturais do capitalismo, mas também é espaço de possibilidades para a práxis transformadora.

Dessa forma, o método materialista histórico-dialético não é apenas uma ferramenta de análise, mas também reflete uma postura ético-política. Ele instrui o profissional a analisar e atuar na realidade social de maneira crítica, conectando a prática profissional à luta pela emancipação humana. Ao adotar esse referencial, o Serviço Social brasileiro confirma sua presença no âmbito das práticas sociais dedicadas à criação de uma sociabilidade baseada na liberdade, na justiça social e na eliminação das formas de exploração do trabalho humano.

Destarte, a importância do método materialista histórico-dialético no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro demonstra a consistência entre teoria, método e prática. Ele oferece o suporte ontológico e epistemológico necessário para que a profissão permaneça fiel aos valores da emancipação humana, entendendo o trabalho profissional como a implementação de políticas, e como uma intervenção consciente na realidade social — visando, assim, a crítica da realidade pautada em uma sociedade que tem por base as relações de dominação do capital sobre o trabalho.

Considerações finais

As reflexões sobre o caráter ontológico do ser humano revelam o amadurecimento das teorias de György Lukács, ao destacar o trabalho como uma categoria fundamental para a constituição do ser social. Contudo, ao modificar a natureza através do trabalho — o que o define como um ser que não se reduz a ela —, o ser humano também gera novas necessidades que antes não existiam. Assim, é possível afirmar que um dos fatores que distingue o ser humano das demais espécies é a inexistência de um sistema fixo de necessidades.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciaram que a ontologia do ser social, tal como formulada por Marx e sistematizada por György Lukács, oferece fundamentos decisivos para a compreensão da centralidade do trabalho na constituição da sociabilidade humana. O trabalho, enquanto categoria ontológica fundante, distingue o ser social das demais formas de ser e estrutura a relação entre consciência, práxis e transformação da realidade. Ao estabelecer o método materialista histórico-dialético como base da ontologia do ser social, torna-se possível entender também sua importância para o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Ao se alinhar à tradição marxista, a profissão vê nesse método não só um meio de compreensão da realidade, mas uma orientação ético-política voltada para a emancipação humana.

Nesse sentido, o método materialista histórico-dialético não se apresenta como um procedimento técnico neutro, mas como uma mediação ontológica indispensável para apreender o movimento contraditório da totalidade social. Ao articular trabalho, teleologia e causalidade, esse método possibilita compreender a realidade social como historicamente determinada e passível de transformação, o que assume particular relevância para o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Sendo assim, o Serviço Social compromete-se a analisar e intervir nas manifestações da questão social considerando a totalidade das relações de produção, indo além de interpretações moralistas ou pragmáticas da prática profissional. Iamamoto (2007) e Netto (2011) afirmam que o método está intrinsecamente ligado a uma escolha política voltada para a proteção dos direitos humanos, da liberdade e da justiça social. A práxis, tal como em Lukács, ganha relevância tanto como categoria ontológica quanto como horizonte ético, uma vez que é por meio dela que o ser social modifica a realidade e a si mesmo.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, tais fundamentos ontológicos e metodológicos sustentam o Projeto Ético-Político Profissional, construído historicamente em meados da década de 1980 como uma ruptura com o conservadorismo e como afirmação de uma direção social crítica da profissão. Esse projeto orienta-se pela defesa intransigente dos direitos humanos, pelo compromisso com a classe trabalhadora, pela ampliação da democracia e pela luta por uma sociabilidade emancipada, fundada na superação das relações de exploração e dominação próprias do capitalismo (Netto, 2009).

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) constituem uma expressão concreta desse projeto, ao afirmarem uma formação profissional crítica, ancorada na tradição marxista e na centralidade do método materialista histórico-dialético. Ao enfatizarem a indissociabilidade entre teoria, método e ética, as Diretrizes reafirmam a ontologia do ser social como base para a formação e para o exercício profissional, reconhecendo o trabalho como categoria estruturante tanto da vida social quanto do trabalho profissional do/a Assistente Social (ABEPSS, 1996).

Dessa forma, a centralidade do trabalho e do método materialista histórico-dialético ultrapassa o campo da análise teórica, constituindo-se como fundamento da práxis profissional crítica e do próprio projeto ético-político do Serviço Social. Ao compreender o exercício profissional como um ato teleológico consciente, inserido nas contradições da

sociedade capitalista, o Serviço Social afirma seu compromisso com a emancipação humana e com a construção de alternativas históricas orientadas pela justiça social, pela liberdade e pela dignidade humana.

Assim, a apropriação crítica do método marxiano-lukacsiano pelo Serviço Social enfatiza que todo trabalho profissional está historicamente contextualizado e impregnado de intencionalidade. Entender essa dimensão implica ver o exercício profissional como um ato teleológico — consciente e direcionado a objetivos — que, ao se inserir nas contradições da sociedade capitalista, pode auxiliar em processos de resistência e emancipação.

É importante destacar que a preocupação de György Lukács com a prática laborativa humana e a ontologia do ser social revela, em última instância, a relevância de discutir os problemas éticos e sua conexão com os alicerces da vida humana. Não se pode perder de vista que sua ontologia fazia parte de um projeto de fundamentação ontológica para uma ética do ponto de vista marxista. A partir dessa ontologia, o estudioso acreditava que seria possível compreender, em sua totalidade, o papel essencial que o trabalho desempenha nas questões éticas. Por essa razão, a reflexão ontológica adequada pode apreender o processo evolutivo do ser social, direcionando às ações necessárias e às respostas que promovam a emancipação do ser humano.

Assim, a articulação entre ontologia do ser social, método dialético e projeto ético-político reafirma a consistência teórica da profissão e fortalece sua direção ético-política, contribuindo para uma intervenção crítica, histórica e socialmente comprometida.

Referências

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 08 fev. 2025.

ANDRADE, Mariana. **Ontologia, dever e valor em Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, György. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MEDEIROS, João L.; BONENTE, Bianca I. Considerações sobre o método de Marx a partir da Ontologia de Lukács. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 55, p. 12–48, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/540/280>. Acesso em: 08 fev. 2025.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Rone. E. dos. Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de Georg Lukács. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 2, p. 86–100, 2009. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art6-rev2.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

Submetido em: 14/10/2026

Revisto em: 7/1/2026

Aceito em: 10/1/2026